

IDBrasil, Cultura  
Educação e  
Esporte  
Demonstrações  
financeiras em 31  
de dezembro de  
2016 e 2015

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**



# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>





KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Administradores do  
IDBrasil Cultura, Educação e Esporte  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do IDBrasil Cultura, Educação e Esporte "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IDBrasil Cultura, Educação e Esporte em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.





Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.








Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Flavio Gozzoli Gonçalves  
Contador CRC 1SP290557/O-2



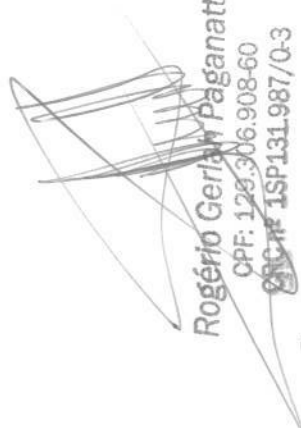
# IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Recursos vinculados a projetos				Fornecedores e outras contas a pagar		301	483
Contas a receber	4	23.103	4.857	Obrigações tributárias		65	85
Outros créditos		56	230	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	947	1.202
Despesas antecipadas		38	67	Projetos vinculados a executar	6	21.907	3.439
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>23.220</b>	<b>5.209</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>23.220</b>	<b>5.209</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	5	675	699	Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	6	687	714
Intangível		12	15	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>687</b>	<b>714</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>687</b>	<b>714</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	10		
				Resultado acumulado		-	-
				Total do patrimônio líquido		-	-
<b>Total do ativo</b>		<b>23.907</b>	<b>5.923</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>23.907</b>	<b>5.923</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
**Rogério Geriaw Paganatto**  
 CPF: 128.306.908-60  
 CNPJ: 15P131.987/0-3



# IDBrasil Cultura, Educação e Esporte


## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Receitas com restrições</b>			
Recursos do contrato de gestão		13.806	19.004
Rendimentos financeiros - contrato de gestão		457	862
Doações		93	65
Prestação de Serviço		62	-
Voluntários	3g.	503	234
Indenização - Gastos Emergenciais - Sinistro - MLP		3.053	-
Outras		66	588
	11	<u>18.040</u>	<u>20.753</u>
Recursos projetos especiais (Leis de incentivo)	12	482	460
Rendimentos financeiros - (Leis de incentivo)	12	51	24
		<u>533</u>	<u>484</u>
<b>Total das Receitas</b>		<u>18.573</u>	<u>21.237</u>
<b>Despesas com restrições (atividades culturais)</b>			
Com pessoal	13	(8.921)	(10.868)
Serviços prestados por terceiros	14	(3.420)	(4.419)
Gerais e administrativas	15	(1.871)	(4.152)
Energia elétrica e telecomunicações		(498)	(1.096)
Impostos, taxas e contribuições		(16)	(2)
Depreciação e amortização		(147)	(252)
Parcerias		(13)	-
Voluntários	3g.	(503)	(234)
Gastos Emergenciais - Sinistro - MLP	16	(3.053)	-
<b>Resultado operacional antes das despesas financeiras</b>		<u>(18.442)</u>	<u>(21.023)</u>
Despesas financeiras		<u>(131)</u>	<u>(214)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Rogério Gerlan Paganatto  
CPF: 129.306.908-60  
CRC nº 1SP131.987/0-3



# **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Resultado do exercício</b>	-	-
Outros resultados abrangentes:	-	-
	<hr/>	<hr/>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Rogério Gerlach Paganatto**  
CPF: 129.306.908-60  
CRC n° 1SP131.987/0-3





# IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

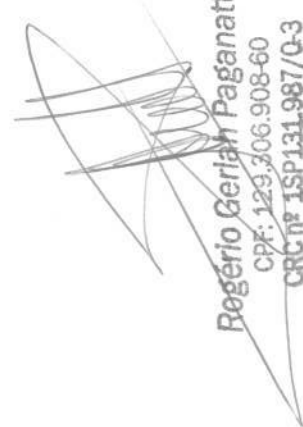
## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Déficits/superávits acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-	-
Resultado do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Rogério Geriain Paganatto  
CPF: 129.206.908-60  
CRC nº ISP131.987/0-3



# IDBrasil Cultura, Educação e Esporte


## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	147	252
Provisão para impairment	-	517
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento)/redução nos ativos em</b>		
Recursos vinculados a projetos	(18.246)	1.705
Contas a receber	174	(73)
Outros créditos	29	(13)
Despesas antecipadas	32	(3)
<b>Aumento/(redução) nos passivos em</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	(182)	417
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(20)	165
Obrigações tributárias	(255)	77
Projetos vinculados a executar	18.468	(2.275)
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	(27)	(583)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<u>120</u>	<u>186</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	<u>(120)</u>	<u>(186)</u>
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>	<u>(120)</u>	<u>(186)</u>
<b>Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Rogério Gerlan Paganatto  
CPF: 129.306.908-60  
CRC nº 1SP131.987/O-3



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (“Entidade”), é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em 7 de maio de 2008 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-911-2008 em 22 de agosto de 2008. Tem como objetivo principal a operacionalização e execução das atividades e serviços na área de museologia no Museu do Futebol (“MDF”) e Museu da Língua Portuguesa (“MLP”).

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a. Criar, apoiar, fomentar, promover e administrar espaços culturais, educacionais e desportivos, com a propagação do conhecimento entre membros da sociedade civil.
- b. Propor, executar, divulgar estudos, pesquisas, informações, produzidos por si ou por terceiros, nas áreas de esportes, educação e cultura.
- c. Promover, gerir, e apoiar a recuperação, conservação e difusão do patrimônio histórico, cultural, ambiental e artístico.
- d. Captar recursos e administrar espaços destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento de suas finalidades.
- e. Promover exposições temáticas, cursos, eventos, e atividades recreativas e técnico-científicas, ou colaborar para a realização das mesmas, nos assuntos relacionados as áreas de educação, cultura e desporto em geral.
- f. Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da cultura, da educação, e do esporte do país ou do exterior.
- g. Prestar consultorias nas áreas fim, bem como realizar pesquisas ou outras atividades de suporte para suas finalidades.
- h. Promover a edição e difusão de publicações on line e off line como livros, revistas, boletins, áudios, vídeos, cds, dvds, folhetos, folders, sites, cartazes e similares.
- i. Produzir e vender, direta ou indiretamente, produtos com marcas e logos de propriedade ou cedidas ao IDBrasil.
- j. Promover e difundir a Língua Portuguesa.
- k. Promover, preservar a memória, e difundir o Futebol.

Vide dados sobre os contratos de gestão na Nota Explicativa nº 6.

### **Planos da Administração**

Decorrido um ano do incêndio no Museu da Língua Portuguesa, iniciou-se em dezembro de 2016, com restauro das fachadas, a obra de reconstrução do Museu, regida pelo Convênio celebrado pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, Fundação Roberto Marinho e IDBrasil. Os recursos para a reconstrução e atualização de todo o museu, tanto para a obra civil quanto para a museologia e museografia, serão provenientes da relevante indenização do seguro, --e de forte aporte de patrocinadores privados, anunciado em ato solene pelo Governador do

Estado. Os recursos privados virão em grande parte de projeto aprovado pelo MinC/ Lei Rouanet, que teve como proponente a Fundação Roberto Marinho. A reabertura do Museu está prevista para o primeiro semestre de 2019.

O total acordado e integralmente recebido da indenização do sinistro foi de R\$ 35.912; R\$ 31.556, acrescidos das receitas financeiras líquidas equivalentes, serão aplicados nas obras, regidas pelo Convênio; R\$ 2.856 foram destinados às ações emergenciais; R\$ 1.000 alocados na cobertura de despesas fixas perduráveis pós incêndio e R\$ 500 destinados à responsabilidade civil. Dessa forma, conforme apresentado na nota explicativa 3(b), do valor total recebido proveniente da indenização do sinistro (R\$ 35.912), R\$ 13.365 foi repassado a Fundação Roberto Marinho, conforme Convênio celebrado em 21 de janeiro de 2016 e R\$ 3.053 foram aplicados em gastos de obras emergenciais e despesas financeiras (vide nota explicativa 16).

O ano de 2016 foi marcado pelas providências decorrentes do incêndio, como obras emergenciais para consolidação da estabilidade do prédio e da segurança para as plataformas da Estação da Luz da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM; de contenção de riscos, como estanqueidade de água de chuva; limpeza da área não afetada pelo incêndio, e preparação do prédio para início das obras. Outra frente importante de trabalho foi a apuração dos prejuízos para determinação do valor da indenização. Este trabalho, complexo, foi conduzido pela Fundação Roberto Marinho em conjunto com a empresa reguladora do sinistro, possibilitando a liquidação total do seguro em outubro/2016. A situação atípica do Museu, sem sede e sem exposição permanente, exigiu revisão e readequação no plano de trabalho junto à Secretaria da Cultura, com a premissa de manter o Museu vivo. Assim, dentre as ações viabilizadas destacamos exposições itinerantes, projeto Dengo - que levou o Museu a hospitais e CCA's - Centros para Crianças e Adolescentes-, e seminário para reflexão dos 10 anos do Museu: "Museu da Língua Portuguesa- Conquistas e Desafios", com debates que subsidiarão a reconstrução do Museu.

Novo contrato para gestão do Museu da Língua Portuguesa foi celebrado em 30 de dezembro de 2016, com dispensa de licitação e com vigência até 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 9.552. As ações do novo contrato de gestão estarão focadas no acompanhamento da reconstrução e na divulgação do Museu pelo *site* e redes sociais, com equipe mínima dedicada.

Em maio de 2016 houve edital público de chamamento para a gestão do Museu do Futebol. O IDBrasil foi o único proponente e sua proposta foi aprovada. Novo contrato de gestão foi assinado em 27 de Junho de 2016, com vigência até 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 42.682 . O resultado da licitação referenda a qualidade da gestão do IDBrasil, e seus compromissos com as metas propostas.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2017.

### **b.**

### **c. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos

instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

**d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**e. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**f. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº16 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado

como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Recebíveis*

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

#### *Recursos vinculados a projetos*

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos contratos de gestão, incluindo projetos de lei incentivados.

#### *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **(ii) Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

#### **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

#### **c. Imobilizado**

#### **d.**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração**



Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii)

(iii)

#### *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### **e. Redução ao valor recuperável**

(iv)

#### *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

#### **f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### **g. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

**h. Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 o montante foi de R\$ 502 (R\$ 234 em 2015).

**i. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto e Renda Retido na Fonte - IRRF, o COFINS sobre rendimento de aplicação financeira, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

**j. Informações operacionais divulgadas**

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, tanto para o Museu do Futebol (“MDF”) como para o Museu da Língua Portuguesa (“MLP”), estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

**k. Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

***Estrutura do gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

**l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e

mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4 Recursos vinculados a projetos

	2016			2015		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Caixa	8	-	8	14	8	22
Banco conta movimento	21	-	21	-	59	59
Aplicações financeiras	1.541	21.533	23.074	1.976	2.800	4.776
	<u>1.570</u>	<u>21.533</u>	<u>23.103</u>	<u>1.990</u>	<u>2.867</u>	<u>4.857</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de gestão, projetos relacionados e projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa referenciada no Certificado de Depósito Interbancário - CDI; variam entre 92% e 95% do índice basedurante o exercício de 2016 (95% a 99% do CDI durante o exercício de 2015)

Na demonstração do fluxo de caixa, os recursos vinculados a projetos são apresentados no fluxo das atividades operacionais, uma vez que esses recursos não apresentam todas as características de caixa e equivalentes de caixa conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa.

#### 5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2016	2015
Móveis e utensílios	10%	296	(174)	122	125
Equipamentos de informática e comunicação	20%	475	(326)	149	137
Equipamentos de telefonia	20%	36	(35)	1	1
Máquinas e Equipamentos	10%	577	(174)	403	436
Instalações	10%	190	(190)	-	-
		<u>1.574</u>	<u>(899)</u>	<u>675</u>	<u>699</u>

#### Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
<b>Movimentação do custo</b>				
Móveis e utensílios	270	26	-	296
Equipamentos de informática e comunicação	410	65	-	475
Equipamentos de telefonia	36	-	-	36
Máquinas e Equipamentos	553	24	-	577
Instalações	190	-	-	190
	<u>1.459</u>	<u>115</u>	<u>-</u>	<u>1.574</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>				
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016

**IDBrasil, Cultura Educação e Esporte Demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2016 e 2015*

Móveis e utensílios	(145)	(29)	-	(174)
Equipamentos de informática e comunicação	(273)	(53)	-	(326)
Equipamentos de telefonia	(35)	-	-	(35)
Máquinas e Equipamentos	(117)	(57)	-	(174)
Instalações	(190)	-	-	(190)
	<u>(760)</u>	<u>(139)</u>	<u>-</u>	<u>(899)</u>
<b>Saldo líquido</b>	<u>699</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>675</u>

<b>Movimentação do custo</b>	<b>Saldo em 01/01/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Provisão Impairment</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>
Móveis e utensílios	323	18	-	(71)	270
Equipamentos de informática e comunicação	617	85	-	(292)	410
Equipamentos de telefonia	37	-	-	(1)	36
Máquinas e Equipamentos	774	83	-	(304)	553
Instalações	195	-	-	(5)	190
	<u>1.946</u>	<u>186</u>	<u>-</u>	<u>(673)</u>	<u>1.459</u>

<b>Movimentação da depreciação</b>	<b>Saldo em 01/01/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Provisão Impairment</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>
Móveis e utensílios	(125)	(33)	-	13	(145)
Equipamentos de informática e comunicação	(258)	(112)	-	97	(273)
Equipamentos de telefonia	(32)	(4)	-	1	(35)
Máquinas e Equipamentos	(80)	(81)	-	44	(117)
Instalações	(180)	(11)	-	1	(190)
	<u>(675)</u>	<u>(241)</u>	<u>-</u>	<u>156</u>	<u>(760)</u>
<b>Saldo líquido</b>	<u>1.271</u>	<u>(55)</u>	<u>-</u>	<u>(517)</u>	<u>699</u>

A provisão para impairment se deve ao incêndio ocorrido em 21 de dezembro de 2015 no Museu da Língua Portuguesa, causando danos em grande parte de seu conteúdo. Equipamentos na área administrativa, não afetada pelo incêndio, estão em processo de avaliação do valor justo para reversão da provisão.

## 6 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo)

**IDBrasil, Cultura Educação e Esporte Demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

Descrição Custo	Saldo em 31.12.2015	Valores Recebidos	Captação		Rendimentos Financeiros	Devolução e Repasses de Recursos	Transferências	Consumo e Imobilizações	Outras Movimentações	Saldo em 31/12/2016
			própria de recursos	Financeiros						
Contrato de gestão (MDF)	2.002	8.202	1.633	260	-	-	(10.755)	(38)	1.304	
Pronac - 1410879	40	-	-	-	-	(41)	-	1	-	
Pronac - 159325	-	-	-	-	-	41	-	1	42	
<b>Sub Total contrato de gestão MDF</b>	<b>2.042</b>	<b>8.202</b>	<b>1.633</b>	<b>260</b>	-	-	<b>(10.755)</b>	<b>(36)</b>	<b>1.346</b>	
Contrato de gestão (MLP) (a)	1.338	2.700	283	197	-	1.028	(4.219)	38	1.365	
Pronac - 11411693	730	-	-	-	-	(741)	-	11	-	
Pronac - 159327	-	-	-	50	-	741	(543)	8	256	
Projeto Poesia Agora	43	-	-	1	(44)	-	(3)	3	-	
Indenização do Seguro - Sinistro (b)	-	35.912	-	1.108	(13.365)	(1.028)	(3.053)	53	19.627	
<b>Sub Total contrato de gestão MLP</b>	<b>2.111</b>	<b>38.612</b>	<b>283</b>	<b>1.356</b>	<b>(13.409)</b>	-	<b>(7.818)</b>	<b>113</b>	<b>21.248</b>	
<b>Sub Total - Projetos a executar</b>	<b>4.153</b>	<b>46.814</b>	<b>1.916</b>	<b>1.616</b>	<b>(13.409)</b>	-	<b>(18.573)</b>	<b>77</b>	<b>22.594</b>	
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado MDF	(714)	-	-	-	-	-	83	-	(631)	
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado MLP	-	-	-	-	-	-	(12)	-	(12)	
(-) Obrigações Pronac - Imobilizado MLP	-	-	-	-	-	-	(44)	-	(44)	
<b>Projetos a executar</b>	<b>3.439</b>					-	<b>(18.490)</b>		<b>21.907</b>	

(a) O saldo de R\$ 1.365 do Contrato de Gestão do MLP é assim destinado: R\$ 612 para fundos de contingência e reserva do CG 008/2016; R\$ 374 integraram a primeira parcela do repasse do CG 008/2016; R\$ 367 para cobertura de compromissos contratados pelo CG 004/2012 e R\$ 12 de imobilizado líquido CG 004/2012

(b) o valor de R\$ 13.365 refere-se ao repasse parcial da indenização do seguro para a Fundação Roberto Marinho por força do CONVÊNIO de reconstrução do Museu da Língua Portuguesa

- **Valores recebidos/repasses**-referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
  - **Rendimentos financeiros** -referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
  - **Consumo** -referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- a. **Contrato de Gestão - Museu do Futebol (MDF)**

A Entidade firmou Contrato de Gestão nº 05/2011 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período aproximado de 51 meses a partir de 9 de setembro de 2011; houve prorrogação da vigência até 30 de Junho de 2016. Em junho de 2016 foi assinado um novo contrato, pelo período de 54 meses, com vigência até 31 de Dezembro de 2020. Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Museu do Futebol”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, anexo ao Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, conhecido como o Estádio do Pacaembu, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

Para o exercício de 2015 a Entidade assinou com a Secretaria da Cultura o 5º (quinto) termo de aditamento ao Contrato de Gestão prorrogando o prazo de vigência até dezembro de 2015 e com redução no valor do repasse de R\$ 9.570 para R\$ 9.069, sendo que, do total do repasse no valor de R\$ 9.069, o valor de R\$ 1.020 foi proveniente do saldo financeiro remanescente do exercício de 2014, e R\$ 8.050 de efetivo repasse.

No mês de dezembro de 2015, foi celebrado o 6º (sexto) aditamento ao Contrato de Gestão do Museu do Futebol por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, com prorrogação do prazo contratual até 30 de junho de 2016, com repasse no valor de R\$ 3.846 para o período. O contrato de gestão 05/2011 teve a importância global de R\$ 42.890 em recursos repassados pela Secretaria da Cultura.

Em novo processo licitatório de chamamento Público, o IDBrasil firmou novo Contrato de Gestão nº 04/2016 com a Secretaria de Estado da Cultura, no valor total de R\$ 42.682. Em dezembro de 2016 foi celebrado o 1º Termo de aditamento, tendo como valor global estimado R\$ 42.561.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 42.561, da seguinte forma:

2016 (2º semestre)	R\$ 4.833
2017	R\$ 8.635
2018	R\$ 9.236
2019	R\$ 9.696
2020	R\$ 10.161

**b. Contrato de Gestão - Museu da Língua Portuguesa (MLP)**

A Entidade firmou Contrato de Gestão 004/2012 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período de 53 meses a partir de 01 de julho de 2012. Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Museu da Língua Portuguesa”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

Em janeiro de 2015 a Entidade assinou com a Secretaria da Cultura o 3º (terceiro) termo de aditamento ao Contrato de Gestão com repasse no valor de R\$ 6.946 sendo que dessa quantia o valor de R\$ 830 foi proveniente de saldo financeiro remanescente do exercício de 2014; em maio de 2015 foi assinado o 4º termo de aditamento, com redução de R\$ 251 no valor do repasse, resultando no valor de R\$ 6.695, dos quais, R\$ 830 provenientes de saldo financeiro remanescente e R\$ 5.865 de efetivo repasse.

Em maio de 2016 a Entidade assinou com a Secretaria da Cultura o 5º (quinto) termo de aditamento ao Contrato de Gestão com prorrogação de vencimento de 30/11/2016 para 31/12/2016 e revisão do plano de trabalho para adequação à nova condição do Museu pós incêndio, com repasse no valor de R\$ 2.700, e R\$ 1.000 advindos da indenização do seguro relativa a despesas fixas perduráveis. Foram também executadas obras emergenciais no valor de R\$ 2.808 com recursos advindos da indenização do seguro (vide nota explicativa 16).

O Convênio celebrado em 21 de janeiro de 2016 tendo como parceiros a Secretaria da Cultura, a Fundação Roberto Marinho e o IDBrasil, viabilizará a reconstrução e restauração do prédio da Estação da Luz, e a reinstalação do Museu no local, com recursos advindos da indenização do seguro e recursos de patrocinadores privados. Os recursos da indenização do seguro, deduzidas as parcelas usadas nas obras emergenciais, serão repassados à Fundação Roberto Marinho - responsável pelos projetos, obras e recuperação do Museu - pelo IDBrasil, com anuência da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, de acordo com cronogramas estabelecidos em termos de aditamentos. Conforme comentado na nota explicativa 1, durante o exercício de 2016 a Entidade recebeu o valor de R\$ 35.912 advindos da indenização acordada do seguro. Além disso, foram assinados em 2016 dois termos de aditamento do referido convênio; o primeiro em agosto de 2016, tendo como principal objeto a elaboração e atualização de projetos de restauro, no valor de R\$ 973; o segundo, assinado em dezembro de 2016 com objeto principal a execução das obras de restauro das fachadas e esquadrias, no valor de R\$ 12.392, apurando o montante total de R\$ 13.365 que foram repassados à Fundação Roberto Marinho, conforme estabelecido em referido convênio.

Em dezembro de 2016 a Entidade assinou com a Secretaria da Cultura novo contrato de gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 9.551, da seguinte forma:

2017	R\$ 2.855	
2018		R\$ 2.126
2019		R\$ 2.232
2020		R\$ 2.338

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:



- (i) Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da locação de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

As fontes (i) e (ii) não estão ativas para o Museu da Língua Portuguesa até que seja reaberto o Museu.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2016 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 18 de maio, 19 de agosto e 21 de novembro de 2016 (MDF), e 19 de maio, 19 de agosto e 21 de novembro (MLP). As prestações de contas referentes às atividades anuais dos MDF e MLP, serão enviadas em fevereiro de 2017.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

**c. Leis de incentivo fiscal**

- d. O IDBrasil inscreveu em projetos de Lei Rouanet os Planos Anuais dos museus sob sua gestão, contemplando ações para as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção predial e tecnológica. Os projetos visam à continuidade, melhoria da qualidade e a diversificação da programação dos museus sob sua gestão.

**Leis de Incentivo Fiscal (MDF):**

***PRONAC - 1410879 - Plano Anual 2015***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.528. No exercício de 2015 houve captação no valor de R\$ 40 mil, sendo o recurso atualizado transferido para o *Plano Anual 2016*.

***PRONAC - 159325 - Plano Anual 2016***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.033, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2016. Não houve captação durante o exercício de 2016.

***PRONAC - 163821 - Plano Anual 2017***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.698, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2017.

**e. Leis de incentivo fiscal (MLP)**

***PRONAC - 1411693 - Plano Anual 2015***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 6.723. Valor captado durante o exercício de 2014 foi de R\$ 300. No exercício de 2015 foi captada a quantia de R\$ 431. Os recursos foram transferidos para o Plano Anual 2016.

**PRONAC -159327 -Plano Anual 2016**

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 3.048, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2016. O projeto foi parcialmente executado com recursos transferidos das captações dos Planos Anuais 2015 e 2016. Prazo de execução do Plano Anual 2016 foi prorrogado para 31 de dezembro de 2017.

**7 Obrigações trabalhistas e encargos sociais**

**8**

	2016			2015		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Provisão de férias	550	136	686	487	316	803
Rescisões a pagar	-	-	-	-	81	81
INSS a recolher	110	28	138	118	75	193
FGTS a recolher	35	7	42	33	23	56
IRRF a recolher	58	17	75	29	30	59
PIS Folha de Salário a recolher	5	1	6	3	3	6
Outras	-	-	-	3	1	4
	<b>758</b>	<b>189</b>	<b>947</b>	<b>673</b>	<b>529</b>	<b>1.202</b>

**9 Provisão para contingências**

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade é parte (pólo passivo) em 10 ações de natureza trabalhista, que totalizam R\$ 113 (R\$ 70 em 2015), cuja probabilidade de perda foi classificada como possível por seus assessores jurídicos para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Dentre os processos, um de risco subsidiário no valor de R\$ 43, aguardando liquidação, e um de risco direto, no valor de R\$ 35, com início em julho de 2015 aguardando julgamento.

**10 Remuneração da Administração**

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

**11 Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits / superávits apurados anualmente.

A Entidade somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

## 12 Receitas operacionais - contrato de gestão

	2016			2015		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Contrato de Gestão	8.882	3.751	12.633	9.354	7.415	16.769
Venda de ingressos - contrato de gestão (i)	668	-	668	547	636	1.183
Aluguéis - contrato de gestão (ii)	331	-	331	734	-	734
Cessão de espaço para eventos - contrato de gestão (ii)	174	-	174	294	24	318
Receitas Financeiras (iv)	260	197	457	451	411	862
Doações (iii)	92	1	93	50	15	65
Prestação de Serviço	62	-	62	-	-	-
Voluntários	267	236	503	129	105	234
Indenização - Gastos Emergenciais - Sinistro	-	3.053	3.053	-	-	-
Outras	19	47	66	68	520	588
	<u>10.755</u>	<u>7.285</u>	<u>18.040</u>	<u>11.627</u>	<u>9.126</u>	<u>20.753</u>

## 13

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros. Em 2016, excepcionalmente a Entidade reconheceu como receita os valores equivalentes aos gastos com as obras emergenciais decorrentes do incêndio no Museu da Língua Portuguesa (R\$ 1.945; R\$ 1.108, totalizando R\$ 3.053), conforme nota explicativa 16.

## 14 Recursos projetos especiais - Leis de incentivo e Editais

	2016			2015		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Projeto Poesia Agora	-	2	2	-	459	459
Pronac - Plano anual 2015 - 1411693	-	-	-	-	1	1
Pronac - Plano anual 2016 - 159327	-	480	480	-	-	-
Receitas Financeiras	-	51	51	-	24	24
	<u>-</u>	<u>533</u>	<u>533</u>	<u>-</u>	<u>484</u>	<u>484</u>

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 32 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do art. 18, com redação dada pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro



**15 Despesas com pessoal**

	2016			2015		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Salários	3.333	1.387	4.720	3.399	2.352	5.751
Encargos Sociais	1.230	710	1.940	1.502	1.003	2.505
Benefícios	726	219	945	792	596	1.388
Férias e 13o Salário	960	356	1.316	725	499	1.224
	<b>6.249</b>	<b>2.672</b>	<b>8.921</b>	<b>6.418</b>	<b>4.450</b>	<b>10.868</b>

16

**17 Prestadores de serviços**

18

	2016			2015		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Segurança e vigilância	645	778	1.423	825	727	1.552
Portaria	332	130	462	441	396	837
Limpeza	451	52	503	485	300	785
Administração / RH	17	8	25	96	22	118
Bombeiros	201	133	334	353	242	595
Manutenção e locação de equipamentos	27	-	27	-	-	-
Consultoria	14	-	14	37	15	52
Jurídico	114	202	316	82	83	165
Contabilidade	67	46	113	61	41	102
Auditoria	58	20	78	46	30	76
Curadoria	-	-	-	-	45	45
Demais serviços	77	48	125	59	33	92
	<b>2.003</b>	<b>1.417</b>	<b>3.420</b>	<b>2.485</b>	<b>1.934</b>	<b>4.419</b>

19

20

21

**22 Gerais e administrativas**

22

	2016			2015		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Despesas Administrativas	268	168	436	347	737	1.084
Programa Exposição e Programa Cultural (a)	347	56	403	346	1.141	1.487
Programa Edificação/Conservação/Manutenção/Segurança	518	44	562	469	407	876
Programa de Comunicação (a)	105	-	105	153	1	154
Programa de serviço educativo e projeto especial (a)	51	101	152	50	118	168
Programa Acervo: Conservação e Documentação (a)	162	-	162	298	82	380
Programa Apoio ao SISEM-SP (a)	51	-	51	-	3	3
	<b>1.502</b>	<b>369</b>	<b>1.871</b>	<b>1.663</b>	<b>2.489</b>	<b>4.152</b>

23

24

25

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Entidade:

26



**28 Gastos Emergenciais - Sinistro - MLP**

**29**

	2016	2015
	MLP	MLP
Obras e serviços emergenciais - Laudo estabilidade	18	-
Obras e serviços emergenciais - Obras e engenharia	2.499	-
Obras e serviços emergenciais - Restauro	97	-
Obras e serviços emergenciais - Limpeza	178	-
Obras e serviços emergenciais - Outros gastos	16	-
Despesas Financeiras	245	-
	3.053	-

**30**

**31**

**32**

Conforme mencionado em nota explicativa 6(b), foram executados em 2016 obras e serviços emergenciais no valor de R\$ 2.808 com recursos advindos da indenização do seguro, além de despesas financeiras de R\$ 245.

**33**

**34 Instrumentos financeiros**

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

**Estimativa do valor justo**

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

**Instrumentos financeiros “Não derivativos”**

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de:

#### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

### **35 Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2016 e 2015.

### **36 Cobertura de seguro**

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía cobertura de seguros multirriscos, no valor total de R\$ 42.500 para o Museu do Futebol. O seguro do Museu da Língua Portuguesa, com vigência até novembro de 2016, foi indenizado em outubro de 2016 e no momento, o seguro vigente é seguro de engenharia, para a recuperação da fachada, de responsabilidade da empresa contratada para a obra. Não há seguro patrimonial contratado para o edifício até a data presente.



### **37 Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias


\* \* \*



Luiz Laurent Bloch  
Diretor Executivo



Vitória Boldrin  
Diretora



Rogério Gerlah Paganatto  
Contador CRC 1SP131987/0-3

